

# A SITUAÇÃO

JORNAL OFICIAL POLÍTICO E LITERÁRIO

Publicado duas vezes por semana em dia determinado. Subscritivo da Sociedade dos Inscriptários de São Paulo, que paga o custo das impressões e encargos de circulação. Não se recebe pagamento por excesso da taxa normal.

## SUMÁRIO

PARTES OFICIAIS — DISCUSSÃO — A. PÚBLICAS — B. TECNICAS — C. TECNICAS.

## PARTES OFICIAIS

(CONT. DO N. 427.)

**Art. 30.** Nenhum empregado aposentado ou jubilado poderá ser nomeado para a tesouraria, salvo o caso de perda dos benefícios concedidos pela aposentadoria ou jubilação.

**Art. 31.** O empregado será demitido por ato notório, quando incorrer em qualquer dos casos seguintes:

**§ 1.** Negligência habitual e incorrigível no cumprimento de seu dever.

**§ 2.** Desobediência e desrespeito reiterado à seus superiores.

**§ 3.** Irregularidade devida a:

— Propaganda de crimes, principalmente os islâmicos.

**§ 4.** Encargo de arbitragem em que, quando não tiverem fizeram a arbitragem de direito, seja resgate, relativamente à apropriação.

**Art. 32.** Faltando ao empregado a oficina reservada ao presidente da tesouraria ou ao seu substituto; além de transferir para o empregado quem imediatamente fugar por infidelidade, o presidente também para qualquer outro empregado provincial.

**Art. 33.** O inspetor da tesouraria será substituído pelo inspetorário chefe mais antigo, sob designação da presidência, quando o mandamento for prolongado; o procurador fiscal por quem for nomeado pela mesma presidência; o tesoureiro pelo seu Net., e não o velho, por pessoa à quem a junta de fazenda propuser; os 1<sup>o</sup>, inscriptários, pelos 2<sup>o</sup>, na ordem de suas idades; e portaria por pessoa nomeada anteriormente pelo inspetor, assim como o substituto.

**Art. 34.** O empregado que substituir se estro perceberá a gratificação do substituto, sem que um caso algum, venha à perceber mais do que o vencimento estabelecido para o lugar em que esteja.

**Art. 35.** O empregado que exerce interinamente o cargo perceberá todo o vencimento desse, perdendo o de seu.

### CAPÍTULO 4.

#### DAS LICENÇAS

**Art. 36.** Podem ser concedidas licenças por motivo de molestia com ordenado integral até 6 meses; e com a metade do ordenado até 1 mês. Nos demais casos descontar-se-á a 3<sup>o</sup> parte do ordenado até 3 meses, a 3<sup>o</sup> parte permanente de 3 até 6; — e na metade por mais de 6 até 1 anno,

Em caso alguma, porém, será descontada a quantia superior a 120 mil réis.

**§ 1.** O tempo das licenças informadas em de novo ordenado dentro de 1 anno, quando decidido em que tempo teria sido a 1<sup>o</sup> será justo em dias anteriores, para o fim de faltar-se nos ordenados o desconto da que tratará o artigo.

**§ 2.** A licença, ainda no caso de molestia, poderá ser concedida com o entendimento correspondente ao tempo respectivo em que elle é julgada da presidência.

**§ 3.** Não terá lugar a concessão de licença se o empregado que ainda não tenha entrado no exercício efetivo de seu lugar.

**§ 4.** Ficará sem efeito as licenças em cujo gênero se não entrar no prazo de 30 dias da data da sua concessão.

**Art. 37.** Não serão admitidos concursos de inspetores de inspector, procurador-fiscal, tesoureiro, apelitadores e porteiros, sem vista.

**Art. 38.** São dispensados de exame os candidatos que exhibirem títulos de estudos régulares em qualquer das universidades do império e do imperial college de Pedro II, desde vez que delles conste aprovação das suas crônicas representativas e concorrentes.

**Art. 39.** Logo que o empregado fizer sua declaração para concorrer, deve ser feita publicação de seu nome, na sede da junta de fazenda, e na juntura de concorrentes.

**Art. 40.** Os concorrentes devem comparecer na sede da tesouraria com as provisões nos arts. 1, 2 e 3 da art. 38 para serem admitidos à concorrência.

**Art. 41.** Ficará o prazo mencionado no art. 10, sendo nomeado pelo presidente da província, a requisição do inspetor da tesouraria, três examinadores, e designado o dia do concurso.

**Art. 42.** Nesse dia reunidos os examinadores sob a presidência do inspetor, na sede da junta de fazenda, terá lugar o exame das matérias do art. 10, por meio de provas escrita e verbal, que dos concorrentes forem exigidas pelos examinadores.

**Art. 43.** Durante todo o exame, os concorrentes terão a circunstância, na qual será transcripção hand escrita, os quais especificarão e approvarão o gênero de capacidade de cada concorrente, de modo a servir de guia ao examinador.

**Art. 44.** Da arte do exame será remetida ao presidente da província uma cópia autógrafa, acompanhada das provas escritas, pelo inspetor da tesouraria, que fará prova nessa ocasião áceros de capacidade e conduta dos concorrentes.

**Art. 45.** Será preferido aquele que tiver tido o 1<sup>o</sup> gênero de aprovação; e, em igual lado de circunstâncias, o menor ou o mais velho.

**Art. 46.** O concorrente que for aprovado e não nomeado para o lugar poderá ser-lhe em qualquer outra posição, independente de novo exame.

De 27 de Janeiro de 1872.

entregou oração a renessa dellas  
que está ciada — certo de que, com  
isto, permaneça um bom serviço.

(Julgamento das causas municipais.)

No dia 15 de direito da 1<sup>a</sup> comarca —  
Acusado o recebimento do seu officio sub-  
n.º 64 datado de hoje o fico sente de-  
liver sua, aberto à 17 do corrente e  
encerrado nesse mesmo dia a 2.<sup>a</sup> ses-  
são do júri desse anno, pelas razões des-  
critas no seu j.º mencionado officio,  
que fica assim suspenso.

Ao juiz de orfãos — O provedor da  
santa casa de misericórdia desta ci-  
da pediu autorização para contratar o  
serviço de dois libertos do estado dos  
que se acham no arsenal de guerra des-  
ta província, afim de se empregarem  
no indicado estabelecimento.

Acquiescei com a solicitação, o que  
deixarei a v. s. que neste sentido, e de  
acordo com o mencionado provedor,  
prece ferá, a respeito, como for de lei.

Ao provedor da Santa casa da Mi-  
sericórdia. — Acusado o recebimento  
do seu officio datado de hoje, encer-  
rando-me em resposta significar-lhe que a es-  
ta data dei as necessárias providências  
à autoridade das localidades no sen-  
tido da requisição constante do seu  
j.º citado officio, que ficou assim respon-  
sável.

Ao mesmo — Tenho em vista o seu  
officio de hoje, a que respondi.

Nesta data entendi-me com a tes-  
ouraria provincial acerca do pagamen-  
to da subvenção votada pelo corpo  
legislativo com applicação ao estabele-  
cimento a seu cargo; autorisei o contra-  
to dos dois libertos, podendo v. s., em  
tal sentido, entender-se com o juiz de  
orfãos e com o director do arsenal de  
guerra, onde se achão elles empregados;  
mandei fornecer por empréstimo pela  
enfermaria militar não só duas cama-  
ras de força, como seis camas de ferro,  
com colchões e travesseiros; proiden-  
ciar acerca da entrega à v. s. dos pro-  
jetos do compromisso para a Irman-  
dade da santa casa.

Em tudo o mais de que careça para o  
bom exito de seus esforços, pode con-  
tar com todo o apoio desta presiden-  
cia, que muito confia no zelo, e solli-  
citude e dedicação de v. s.

As bachelard José Marcellino de  
Araxá Ledo Vega, chefe da polícia  
desta província — Pelo seu officio n.  
143 de 25 de corrente, a que respon-  
do, fiquei contente de ter v. s. na mesma  
data assumido o exercício do cargo de  
chefe de polícia desta província.

No desempenho das importantes  
funções, inherentes à aquelle cargo,  
ento que v. s. terá de prestar rela-

ventes serviços à causa pública, auxi-  
liando-me assim para a obliquação do  
fim à que nolentemente mira, na posição  
em que me colocou a confiança do  
governo imperial.

#### CIRCULAR

Ao juiz do direito (da 1<sup>a</sup> comarca)  
Remetto a venc. para seu conhecimen-  
to, o incluso exemplar impresso  
da revista da lista dos Juizes de di-  
reito pela ordem de suas antiguidades  
até 31 de dezembro do anno proximo  
findo que me foi enviada pelo Presi-  
dente do supremo tribunal de justiça  
em officio de 8 de Maio do corrente anno,  
afim de ser transmitida a vme.

Identico ao da 2.<sup>a</sup> comarca e aos  
drs. Juiz de direito, José Marcellino  
Ledo Vega chefe de polícia desta pro-  
víncia e Manoel Pereira da Silva Coe-  
lio.

Ao juiz de orfãos desta capital —  
Haja v. s. de nomear tutor aos me-  
nores Manoel Ferreira e Antônio Gon-  
çalves, filhos de Luiz Consalves da  
Vega, e faça assinar o termo de que  
trata o artigo 4.<sup>º</sup> do regulamento n.  
113 de 3 de Janeiro de 1842, a fim  
de que possam os mestros ter prava  
na companhia de aprimorar menores  
do Arsenal de guerra.

Ao Presidente e mais vereadores da  
camara municipal desta capital — Acusado o recebimento do j.º que vence  
me dirigiu, com data de hoje, ao  
qual acompanhou a acta especial de  
apuração da eleição de vereadores e  
juizes de Paz da freguesia de Córumbá,  
procedida ali a 15 de Maio ultimo.

Ao juiz municipal de Villa Maria —  
Devendo venc. responder à esta pro-  
vidência sobre a matéria da repre-  
sentação que contra vme. me foi dirigida  
pelo sub-lito boliviano Roman Cam-  
pos e seu socio, Pedro Pires de Ca-  
margo, h' a envio por cópia, inclusa  
a esto, para sua intelligencia.

Ao juiz de paz de Villa Maria — De-  
vendo correr por esse juizo todo o  
processo da inclusa representação que  
contra o actual juiz municipal sup-  
plente d'esse termo, cidadão José Au-  
gusto Pereira Leite foi-me dirigida  
pelo sub-lito boliviano Roman Campos  
e seu socio Pedro Pires de Camargo;  
h' a envio, por cópia, para seu co-  
nhecimento.

Ao presidente do conselho de qua-  
lificação de Guardas nacionais da fre-  
guesia do Livramento — Acusado o re-  
cebimento do seu officio datado de 12  
do corrente e fico intelectado de haver  
o conselho de qualificação de Guardas  
nacionais dessa freguesia e presidido  
por vme. ultimado os seus respectivos  
trabalhos,

#### CIRCULAR AS CAUAS MUNI- CIPAES

Incluso a este, envio a venc. a falla  
com que s. m. o imperador abriu a 4  
sessão da 14<sup>a</sup> legislatura da Assem-  
blea Geral, no dia 3 de maio do corre-  
nte anno.

#### A SITUAÇÃO

CURITIBA 11 DE JULHO DE 1872.

#### DESCRIÇÃO E MÁ FE

O LIBERAL descrê de tudo e de  
tudos e mode todos e tudo pela bri-  
tola, que bem perto de si natural-  
mente encontra.

Imprudencia e deslealdade, é a  
epigrafe do artigo editorial — pu-  
blicado no n.º 44 da gazeta destri-  
buída no dia 4 do corrente.

Já as palavras do nobre Presi-  
dente do Conselho de ministros, na  
circular dirigida aos delegados do  
governo, oferecem matéria azada  
para apreciações, donde só transpi-  
ra o desejo sinistro d'aquele que,  
por terra, sente-se baldio de forças;  
procura e não encontra um ponto  
de apoio; vê-se, enfim, condenado  
a permanecer na posição do venci-  
do pelo direito, pela verdade, pela  
justiça, pela consciencia e pela  
opinião sensata do paiz.

Nega o LIBERAL a sinceridade do  
governo; denuncia que as expre-  
sões do ilustrado snr. Visconde do  
Rio Branco occultam sentido es-  
tranho, e não se lembra, ou não se  
quer lembrar, não se recorda que  
antecipa juizos tão temerários

quanto levianos, juizos gratuitos e  
inteiramente infundados, ao passo  
que, emprestando ao partido con-  
servador hábitos, que elle nunca  
teve, danguerreotypa exactissi-  
mamente a sua propria indole, os  
seus próprios costumes, a indole e  
os costumes do partido liberal, des-  
sa igreja hyperbolica, dessa seita  
hybrida, desse partido que, se has-  
tea uma bandeira qualquer, é pela  
simples e infantil curiosidade de  
ver desfraldar aos ventos um  
symbolo, já desbotado, e no qual  
ninguem, em boa fé, acredita.

Cita o LIBERAL os seguintes to-  
picos da falla do throno, em res-  
pecto

rencia à reforma da lei eleitoral :

« A lei não pode evitar todos os  
abusos com que as paixões per-  
bam e viciam a expressão do voto  
nacional, mas cumple aproveitar  
as lições da experiência para pre-  
venir os efeitos da fraude e da vio-  
lencia »

Segue-se a isto um singular com-  
mento:

« Condemnou assim S. M. a pas-  
sada legislatura e entendendo em  
sua alta sabedoria que com a exis-  
tência dessa camara, filha da fraude  
e da corrupção, corría perigo a  
causa publica, representada pelos  
sete ministros, (!) lançou mão do  
acauterio constitucional, só reservado  
para este caso ! »

Em tão poucas palavras o LIBER-  
AL ignorando, ou fingindo ignorar  
os factos ultimamente ocorridos,  
falseou de um modo deplorável, co-  
metendo erros tão palpáveis, que  
prejudicaram sua reputação do publi-  
cista.

Onde, quando e como condenou  
S. M. a passada legislatura? O acto da dissolução, não foi  
me lida proposta à Coroa pelo hon-  
rado Presidente do Conselho de  
ministros?

Pois S. M. condenou a passada  
legislatura, representada pelos  
sete ministros, e entre tanto, conser-  
va estes mesmos ministros, apenas  
com duas substituições?

Ainda mais :

Não sabe o redactor do LIBERAL  
que a falla do throno é uma peça  
ministerial?

Pois o ministerio, sahido da ca-  
mara, levaria à ingenuidade ao pon-  
to de suppor vicios na fonte d'onde  
procedia, vicios que nunca lhe pas-  
saram pela mente, por que não po-  
diam existir, desde que a passada  
eleição, em todo o paiz, além de  
ser a genuína manifestação da von-  
tade popular — não foi disputada  
pelo partido liberal — que, então,  
abandonou as urnas; disputa que,  
no caso de ser malograda, poderia,  
até certo ponto, servir de pretexto,  
ainda que futil, a recriminações articuladas por adversários pouco  
generosos — quando repelidos pela  
maioria da nação?

Pois as lições da experiência,



